

-----**Ata número sessenta e nove**-----

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2023, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu na sede da sociedade sita na Rua Visconde de Seabra nº 3, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., com o número de matrícula e de pessoa coletiva nº 503.093.742, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €434.500.000,00. A Assembleia Geral foi convocada nos termos legais e estatutários, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2022, bem como sobre as Contas Consolidadas do mesmo exercício;-----
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2022;-----
3. Deliberar sobre o Relatório de Sustentabilidade de 2022;-----
4. Deliberar sobre o relatório de boas práticas de governo societário de 2022;-----
5. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;-----
6. Plano de Atividades e Orçamento para 2022-----
7. Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento da sociedade para 2023. -----
8. Deliberar sobre a Política Remuneratória dos órgãos sociais para 2023-2025 -----
9. Deliberar sobre as Orientações e Objetivos de Gestão para 2023-2025-----
10. Deliberar sobre a eleição do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2025-----
11. Deliberar sobre a eleição do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores de Contas, sob proposta do Conselho Fiscal, para o mandato 2023-2025 -----
12. Outros assuntos de interesse para a sociedade.-----

Encontrava-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pelo Dr. José Realinho de Matos, em representação da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A., e pelo Dr. Miguel Namorado Rosa, em representação da Caixa Geral de

Depósitos, S.A., conforme cartas de representação que ficam arquivadas no dossier de anexos da sociedade.-----

Participaram na reunião os membros do Conselho de Administração da sociedade, Dr. José Carlos Athaíde dos Remédios Furtado, Presidente, Dra. Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira, Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra, Dr. Pedro Manuel Amaro Martins Vaz, vogais. Não estiveram presentes o Eng^o José Manuel Leitão Sardinha, nem o Senhor Prof. Jaime Andrez, tendo ambos justificado a sua ausência. Estiveram, também, todos os membros do Conselho Fiscal, Dra. Carla Ribeiro, Presidente, Dr. Mário Carrega e Dr. Rui Cabeças, vogais, o representante da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Grant Thornton, SROC, Lda), Dr. Pedro Lisboa Nunes, o representante do Auditor Externo (Pricewaterhousecoopers), Dr. José Bizarro Duarte, bem como o Secretário da Sociedade, Dra. Cristina Rebelo Pereira.-----

Presidiu aos trabalhos a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dra. Isabel Sofia de Sousa Santos. Esteve também presente a Senhora Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, Dra. Helena Dias Duarte, e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Dr. José do Espírito. Santo Menezes e Teles. -----

Iniciados os trabalhos no **ponto um** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, tendo este, no seu uso, começado por saudar os representantes dos acionistas Parpública e Caixa Geral de Depósitos, os membros da mesa e das estruturas de fiscalização, e os colegas presentes. -----

De seguida, o Presidente recordou o facto de ter ocorrido, há semanas, a transição do ciclo de governação corporativa mediante a conclusão do mandato do Conselho de Administração respeitante ao triénio 2020-2022 e o início do novo mandato, sendo por



isso oportuno efetuar um balanço mais extensivo da atividade desenvolvida e das perspectivas futuras.-----

Nesse sentido revisitou o Quadro Estratégico de Compromisso, sublinhando as principais realizações, condicionalismos e desafios, e também as alterações operadas no modelo de governo, na organização e na estrutura de funcionamento do Grupo. ----

Por último, efetuou uma breve resenha do exercício de 2022 e das prioridades para 2023. -----

De seguida, foi dada a palavra à Dra. Catarina Monteiro d'Oliveira, administradora com o pelouro financeiro, tendo esta efetuado uma apresentação do Relatório de Gestão e das Contas individuais e consolidadas do exercício de 2022.-----

Finda a apresentação, foi dada a palavra à Presidente do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, os quais reiteraram a posição favorável à aprovação das contas, manifestada nos respetivos pareceres, emitidos sobre as contas do exercício. Posto à votação o ponto um da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2022, bem como as Contas Consolidadas do mesmo exercício.-----

Entrando-se, de seguida, no ponto dois da ordem de trabalhos, foi apresentada a seguinte proposta do Conselho de Administração, para aplicação de resultados do exercício de 2022: -----

«O resultado líquido da AdP SGPS, no exercício de 2022, ascendeu a €57.719.061,85 (cinquenta e sete milhões, setecentos e dezanove mil, sessenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos). O Conselho de Administração, nos termos do artigo 19.º do contrato de sociedade e dos artigos 31.º a 33.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2022, apurado nas demonstrações financeiras separadas, tenha a seguinte aplicação: -----

39


Para reserva legal – €2.885.953,09 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três euros e nove cêntimos); -----

Para resultados transitados – €27.333.108,76 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e oito euros e setenta e seis cêntimos); -----

Para distribuição de dividendos – 27 500 000,00 EUR (vinte e sete milhões e quinhentos mil euros).» -----

Posta à votação a proposta de aplicação de resultados, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Entrando-se, de seguida, no **ponto três** da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Sustentabilidade relativo ao exercício de 2022, tendo os representantes das acionistas PARPÚBLICA e Caixa Geral de Depósitos, bem como a Presidente do Conselho Fiscal, manifestado a qualidade do Relatório de Sustentabilidade e a informação nele contida. -----

Entrando-se no **ponto quatro** da ordem de trabalhos, foi submetido à aprovação dos acionistas o Relatório de Governo Societário de 2022, elaborado de acordo com os deveres de informação e transparência que decorrem do n.º I do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em cumprimento das orientações emanadas para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). O Relatório sobre o Governo da Sociedade reflete a estrutura de governação da Águas de Portugal e as práticas adotadas em matéria de Corporate Governance, para cumprimento da Lei e das Boas Práticas de Gestão e foi objeto do Relatório de Análise nº 182/UTAM/2023, de 17 de maio de 2023. -----

Posto à votação o ponto quatro da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Governo Societário de 2022.-----



No **ponto cinco** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à representante da acionista PARPÚBLICA, a qual, no seu uso, propôs um voto de louvor aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, individualmente considerados, extensível aos demais órgãos sociais, pela atividade desenvolvida em 2022. Colocada à votação a proposta apresentada pela PARPÚBLICA, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

No **ponto seis** da ordem de trabalhos, foi dada a palavra à Dra. Catarina Oliveira, tendo esta, no seu uso, feito um ponto de situação aos acionistas sobre o processo de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2022.-----

No **ponto sete** da ordem de trabalhos, foi feita uma breve apresentação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2023, o qual não foi, até à data, objeto de aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector de atividade, nos termos do n.º 9 do art.º 39.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. - Foi dada a palavra aos acionistas, tendo a acionista PARPÚBLICA, no seu uso, proposto o adiamento da deliberação sobre este ponto dado não estarem reunidas as condições necessárias para que os acionistas possam deliberar sobre o mesmo. Colocada à votação a proposta apresentada pela PARPÚBLICA, foi a mesma aprovada por unanimidade. ---

No **ponto oito** da ordem de trabalhos, o representante da acionista PARPÚBLICA fez um breve enquadramento da proposta de política remuneratória dos órgãos sociais, a vigorar para o mandato 2023-2025, designadamente sobre a remuneração dos gestores públicos, a qual está legalmente estabelecida, tendo por referência a remuneração do Primeiro-Ministro. Na sequência do referido enquadramento, foi apresentada a seguinte proposta pelo representante da acionista PARPÚBLICA: -----

«1 - As remunerações dos órgãos sociais da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. são fixadas de acordo com o previsto no artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei

n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março (que lhe atribui a classificação “A”), no referente aos membros do Conselho de Administração, e pelo Despacho n.º 764/SETF/2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, no referente aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, em ambos os casos refletindo as atualizações e/ou as reduções remuneratórias que, em cada momento, sejam estabelecidas pela lei.-----

2 - A atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do EGP será estabelecida em função dos objetivos e parâmetros a definir nos Contratos de Gestão individuais, sem prejuízo das restrições legais que durante o período de vigência do mandato e, em cada momento, se encontrem em vigor. —

3 – Aos membros do Conselho de Administração é atribuído o direito à utilização de viaturas de serviço, com o valor de aluguer de longa duração resultante das determinações legais e regulamentares aplicáveis.-----

4 – Aplica-se o disposto no EGP para as despesas mensais de combustível, portagens e comunicações dos membros do Conselho de Administração.-----

5 – Os membros do Conselho de Administração gozam dos benefícios sociais que, em cada momento, estejam em vigor na Sociedade, em observância com as disposições legais que sejam aplicáveis».-----

Posta à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

No **ponto nove**, a representante da acionista PARPÚBLICA propôs o adiamento da deliberação sobre este ponto, dado não estarem reunidas as condições necessárias para que os acionistas possam deliberar sobre o mesmo. Posta à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----



Nos **pontos dez e onze** da ordem de trabalhos, o representante da acionista PARPÚBLICA propôs que os mesmos sejam objeto de deliberação ulterior, quando estiverem reunidas as condições para tal. Posta à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Em referência ao **ponto dez** da ordem de trabalhos, foi pedida a palavra pela Presidente do Conselho Fiscal, Dra. Carla Ribeiro, a qual, entendendo encontrar-se em situação de cessação de funções, manifestou o seu agradecimento à AdP SGPS, ao seu Conselho de Administração e a todos os colaboradores pelo profissionalismo e disponibilidade demonstrados ao Conselho Fiscal por si presidido, desde final de 2013 até à data. Também a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dra. Sofia Santos, desejou o maior sucesso à sociedade e a todos os seus colaboradores e administração, na continuidade da prestação de um serviço público de excelência, como entidade de referência do setor e da sustentabilidade. -----

Nada mais havendo a deliberar, foi a reunião encerrada, pelas dezoito horas, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes e pelo Secretário da Sociedade. -----



Isabel Sofia de Sousa Santos – Presidente da Mesa da Assembleia Geral



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. Dias Duarte', positioned above a horizontal line.

Helena Dias Duarte – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José do Espírito Santo Menezes e Teles', positioned above a horizontal line.

José do Espírito. Santo Menezes e Teles - Secretário da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cristina Rebelo Pereira', positioned above a horizontal line.

Cristina Rebelo Pereira – Secretário da Sociedade (Artº 446º B do CSC)